

O Redesenho de novos Territórios e Territorialidades sob a prática turística.

Marisa Csordas

*(Pesquisadora da Pontifícia Universidade Católica- PUC/SP);
Agente de Comunicação do Sesc SP; Docente)*

Introdução

Nas sociedades modernas, o desenvolvimento do turismo em regiões miseráveis recorda uma imagem imperial escravista. Esta relação entre as pessoas que se expressa no turismo é contraditória, dinâmica e deveria ser mais estudada.

Longe de pensar que as relações sociais no turismo sejam harmônicas, como o marketing ressalta, em oposto são muito contraditórias. Os países emergentes, sobretudo os de importância turística, se colocam como oferentes de serviços, mas poucos dos que vivem nesses países pobres têm a oportunidade de sair de seus lugares de origem para fazer turismo. Esses países possuem um turismo nacional cada vez mais restrito, devido a constantes crises econômicas ou políticas, isto leva a pensar que nos países pobres de desenvolvimento turístico importante, significativos setores da população devem trabalhar abaixo das condições que os coloca o capital transnacional turístico. A contradição social não pode ser mais impactante: de um lado os estrangeiros recreando; de outro, a população local se empregando no turismo como último recurso de sobrevivência, ante aos limites de possibilidade empregatória e a perda dos bens locais em nome do desenvolvimento turístico. Este é um fato evidente e palpável da contradição social.

Esse artigo traz alguns questionamentos sobre a análise do uso do espaço para o turismo, a partir das contradições e das relações de poder na apropriação do território para esse uso.

O objetivo é apresentar, que baseado em estudos de caso análogos a esse tema, o turismo implica diretamente no redesenho de territórios e territorialidades de localidades. A ideia é instigar pesquisadores a analisarem de forma multidisciplinar situações no Brasil, em que através do turismo, se desconstruem territórios e se reterritorializam outros pelo uso do espaço, visto que o Turismo é um importante modelo de acumulação capitalista no contexto social da modernidade. Por sua força e subordinação à economia global, através de políticas públicas dos governos para implantação de infraestruturas (ou depois a falta delas), ocorrem alterações em espaços e novas configurações geográficas. Essa relação de poder na produção do espaço turístico, implica necessariamente na compreensão do espaço como algo socialmente produzido, que expressa as contradições do modo de produção capitalista e as contradições do espaço-mercadoria.

Desse modo, é necessário entender alguns conceitos da geografia quanto a Território, Lugar, Espaço, Territorialidade, Re-territorialidade e Des-territorialização, Paisagem, entre outros. A ideia não é teorizar, tampouco se aprofundar nos diversos conceitos e abordagens de tantos autores da geografia, mas entender que o Espaço é a categoria da análise geográfica, e nele estão contidos outros conceitos de apoio, tais como os mencionados. A Geografia Física está relacionada à localização, mas a Geografia Humana auxilia na forma de olhar a terra como ferramenta de sobrevivência e referência, porque muitas características das terras como a vegetação, relevo ou/e os climas propícios para sobreviver, são importantes para se ocupar um território, vide as comunidades étnicas, como quilombolas ou índios, que as ocuparam por uma identidade cultural. O território incorpora as expressões dos modos de vida passado e presente, contendo significados culturais residuais e emergentes. Todo território possui conexões que promovem o movimento e a fluidez, e conseqüentemente a des-territorialização.

O conceito de território está ligado ao espaço, as dimensões econômicas, políticas e culturais das sociedades. Enquanto o Território é o resultado do relacionamento da Sociedade com o Espaço, ele também é visto como uma relação de poder que dispõe a soberania, o Estado-Nação e a fronteira. O espaço é o lugar das resistências, onde se travam as lutas cotidianas, a exploração das forças de trabalho, o fluxo da mais-valia e a reestruturação produtiva da acumulação capitalista. As lutas que antes pareciam das classes sociais, ampliam-se e chegam aos lugares. Não apenas as classes lutam por seus interesses antagônicos, mas os espaços, os lugares tornam-se competitivos e ameaçadores e os espaços vão sendo produzidos diferentemente, baseados no capital. O turismo é um dos eixos desencadeadores dessa espacialização, age des-territorializando, re-territorializando e produzindo novas configurações, considerando também a ação dos atores. (CORIOLANO, 2006).

O conjunto de conceitos permite dar legitimidade a uma discussão teórica para o Turismo. Um dos paralelos será a sua importância no desenvolvimento com base local, ou seja, voltado para a melhoria da qualidade de vida da população, dos lugares e regiões onde novos projetos se encontram em fase de implantação, ou em áreas que já sofreram degradações devido ao uso indiscriminado e necessitam de estratégias urgentes para mitigação dos impactos. A contextualização é desde a perspectiva da noção de economia solidária, políticas públicas do turismo e natureza conjugados num espaço social, revisitando as lutas sociais em torno do uso do espaço e da conservação ambiental.

Assim, torna-se primordial investigar como a política empresarial implanta os empreendimentos (e como consequência) os crescimentos, a redistribuição de populações e as formas de resistência dos locais. Cabe salientar, que para se trabalhar com turismo em uma localidade, se deve primeiramente fazer o planejamento estratégico e turístico, colocar a infraestrutura urbana, para posteriormente operacionalizar os serviços turísticos; e não o oposto, como a maioria dos gestores públicos fazem, que colocam o turismo como o chamariz e instrumento para arrecadar dinheiro, quando primeiramente se deveria preparar os espaços para recebe-lo.

Os conceitos são abordados no texto, a partir de casos de desenvolvimento da atividade turística em áreas onde convivem populações mistas: urbanas, rurais, indígenas, ribeirinhas... Áreas de complexo estudo que são colocados como exemplo para reflexão da formação geográfica, considerando os fatores que implicaram nas degradações locais: Os impactos na natureza e cultura locais (principalmente relacionados à ocupação territorial), distribuição de terras, aumento populacional, devastamento da mata nativa e a interferência da comunidade dos entornos sobre as questões político-administrativas, também são problemas relacionados as questões de re-territorialização. São realidades constantes, as tentativas do poder público local em forçar um turismo como alternativa de desenvolvimento sustentável entre seus povoados, com mau planejamento e conflitos gerados por compreensões equivocadas dessa realidade, é uma situação de dualidade caracterizada por um lado, pela cidade urbana, geradora de receitas e por outro, pela existência de um espaço segregado por um grupo social, onde predominam conflitos de diversas ordens.

O turismo evoluiu para outras formas alternativas do modelo de “praia e montanha”, claro que o espaço é o seu principal objeto de consumo, mas o local assume importância, não somente como cenário para novas práticas, mas como o único recorte territorial que conjuga os interesses dos vários segmentos envolvidos no turismo. Os eixos de assuntos abordados no

texto, demonstram a realidade do turismo levada pelo título desse artigo, e reúne reflexões para pensar o desenvolvimento associado à noção de lugar, contemplando a microescala e especialmente a noção de “Territorialidades”, que além de incorporar uma noção política, está ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, se organizam no espaço e dão significado ao lugar.

1. Territórios e construções de identidades.

O conceito de território e de seus correlatos, vem se intensificando desde a década de 90, onde a cada momento surgem novas leituras em torno de seus componentes econômicos, políticos, culturais e ambientais. Se faz necessário definir alguns conceitos e o pensamento de alguns autores, para fundamentar e entender os problemas/benefícios que a atividade turística pode acarretar nas questões dos redesenhos dos territórios e nas implicações socioespaciais sob sua influência.

Vários críticos e pesquisadores do espaço geográfico, especificamente do turismo, como Ulate, Haesbaert, Saquet, Coriolano e Cruz trabalham conceitos de espaço geográfico, trabalho, política, poder e turismo. Eles foram a base desse estudo, para que se possa melhor investigar que os problemas sociais-turísticos nos países emergentes tendem a ser semelhantes. Desse modo, é necessária uma teorização crítica, revisando as lutas sociais em torno do uso do espaço e da conservação, pois desenvolvimento, turismo e meio ambiente se encontram em uma relação de sustentabilidade recíproca.

Claude Raffestin fala na geografia contemporânea sobre território e poder, para ele o território vai além do Estado – Nação, diz que a geografia política clássica que aprendemos é uma “Geografia do Estado”, o autor inclui outras variáveis, ele diferencia o poder através do Estado, dominando os recursos naturais e controlando a população. O território se apoia no espaço, mas não é espaço. É uma produção a partir do espaço, que se inscreve num campo de poder”. (RAFFESTIN, 1993: 144). É um pensamento de geógrafos europeus que interpretam a geografia a partir do território, ao contrário dos geógrafos brasileiros que se preocupam mais com o espaço. Para Raffestin o espaço é anterior ao território que se efetiva a partir das relações sociais, é uma relação dialética e contínua, mas distintas, porque o espaço geográfico seria composto por diversos territórios.

A visão de Marcelo L. de Souza é similar, mas entende que o território vinculado somente ao Estado não é suficiente, porque os territórios são construídos e desconstruídos,

contínuos e descontínuos em diversas escalas espaciais e temporais (SOUZA, 1995:78). Souza entende a sobreposição de diversos territórios dentro de um espaço físico, sua crítica vai do entendimento do território como algo fixo (áreas contínuas, físicas e específicas) os *Territórios-Zona*, para os territórios descontínuos, os *Territórios-Rede* (ex: ciberespaço) imateriais.

Marcos Saquet se baseia em conceitos italianos, o território ao invés do espaço, mas para ele existe uma interdependência muito maior, para o autor, território e espaço estão ligados e estão indissociáveis. Saquet entende que o território é produzido pelas relações de poder geradas por um determinado grupo/classe social, pelas territorialidades cotidianas (são condicionantes e caracterizadoras da territorialização), e que se efetiva em várias escalas, não somente sob a gestão de um país. O Estado-nação receberia **VÁRIOS** territórios, ele não seria **O** território. O autor enfatiza os conceitos de território e tempo na dinâmica da produção do espaço geográfico, usa o processo de Territorialização como produtor de territórios e as Territorialidades como manifestações subjetivas do uso e apropriação dos territórios. As relações de poder, que produzem os territórios estão em constante movimento pelas suas dinâmicas econômicas, políticas e culturais, por isso os territórios são fluídos, podendo ser temporários; assim, as relações são múltiplas, como as territorialidades que se sobrepõe em um lugar.

Haesbaert propõe uma abordagem do território a partir de uma visão integradora, que reúne os condicionantes econômicos (recursos naturais), política (relação e poder) e cultural (identidades). O espaço para Haesbaert é híbrido, vai além da delimitação física, porque inclui relações de poder – ações – que se efetivam nos territórios-zona e que também são influenciados por redes de circulação e comunicação, os territórios-rede. A união da dimensão material e simbólica, para o autor os espaços são produzidos por ações e objetos, pelo material e imaterial, e sua concretização requer apropriação, dominação ou controle. Haesbaert é o geógrafo que mais trabalha o conceito de territorialidade junto com Raffestin, para ambos, ela representa os vínculos que um indivíduo ou grupo possuem com os territórios materiais (físicos) ou imateriais (virtuais), como algo subjetivo ligado à percepção. A identidade é decorrente da valorização das territorialidades, um entendimento subjetivo, resultado do processo de produção de cada território e lugar, está ligada ao cotidiano.

Para Haesbaert, a desterritorialização está ligada com a reterritorialização e propõe um o conceito da multiterritorialidade, a conexão com vários territórios ao mesmo tempo, vide indivíduos de firmas com atuação global, com várias residências, de forma multidimensional e atemporal.

Compreender esses conceitos é fundamental quando se quer analisar os processos sociais, seus diferentes ritmos e implicações territoriais. Nesse sentido, além da análise dos fatores econômicos, políticos, culturais e ambientais, a abordagem territorial contribui para gerir e entender o desenvolvimento, para se viabilizar práticas sociais mais democráticas e de gestão solidárias.

Saquet afirma que abordar o conceito de território e seus correlatos é essencial para a construção de uma sociedade mais justa, que tenha autonomia e se autogoverne produzindo um novo território e novas territorialidades. (SAQUET, 2007:176). O conceito de territorialidade tem ligação com o conceito de lugar, que reflete a cultura e identidade das populações e o espaço vivido, nada mais turístico!!

2. Territórios turísticos

O turismo é uma atividade econômica, que se interpõe em diversos territórios e territorialidades, o altera ou recria outros, esse espaço onde ocorrem as relações entre os atores sociais do turismo se chama **Território Turístico**.

De acordo com Haesbaert,

“ Quando determinado projeto instala-se em um lugar, inicia-se um processo de territorialização turística desse lugar, que levará a criação de um território turístico. Este pode estar especializado numa área física contínua (território-zona) ou em redes (território-rede) com fluxos e fixos, como em qualquer território. A formação de um território turístico, remete a novas territorialidades, que por sua vez, inserem-se na multiterritorialidade”. (HAESBAERT, 2004).

O Estado institui e regula um território turístico através dos seus atores e normas. Esses atores vivem relações de poder entre si, com a comunidade local e com os gestores públicos, dessa maneira, essas novas relações modificam territorialidades e criam o território turístico. Este sobrepõe a outros territórios, que podem ou não estar presentes em uma mesma unidade política administrativa ou espaço físico. (Ex: territórios do comércio, indústrias, agropecuárias, igrejas, etc.). Quando se cria um território turístico se chama também **territorialização turística**. A Territorialização turística pode ser entendida como **turistificação**, desde que incorpore a dimensão técnica, econômica, política e social do turismo. É um processo onde a natureza e cultura são "coisificadas" e transformadas em mercadoria.

Candiotto e Santos afirmam:

“Com o turismo, os territórios passam a ter novos sujeitos com novas ideias e intenções, novas atividades econômicas, usos do solo, dos recursos naturais, da idealização do rural e da cultura. Esses elementos, apesar de terem forte influência das *verticalidades* (nível global), insere-se no lugar como *horizontalidades* (nível local) e mudam as dinâmicas espaciais dos locais. Isso conduz a novas relações culturais e territorialidades, para os moradores locais, para os empreendedores e para os turistas.” (CANDIOTTO e SANTOS, 2009: 326)

Os territórios turísticos decorrentes da turistificação são heterogêneos, porque as territorialidades verticais (inseridas por imposição) combinam-se com as territorialidades horizontais (cotidiano) do lugar, por isso cada território turístico criado tem particularidades.

Haesbaert, diz que o conceito de territorialização é mais amplo que o de territorialidade, pois a territorialização se forma a partir de um território, e este, depende do conjunto de diversos atores (empresa, órgãos públicos ou sujeitos). A territorialidade é material, mas está vinculada a aspectos imateriais, já a territorialidade é subjetiva e direcionada a área de atuação de grupos sociais vinculados a esferas políticas, econômicas e simbólicas. Em um mesmo território coexistem diversas territorialidades, e cada indivíduo também possui múltiplas territorialidades, por isso o espaço fica em constante processo de transformação. (HAESBAERT, 2004).

Concordo com Candiotto e Santos (2009), quando afirmam que as maiores mudanças no que se refere à territorialidade, ocorre com os residentes de áreas receptoras dos turistas. Acontece literalmente uma invasão de construtores para infraestruturas e equipamentos turísticos, pessoas de fora, hotéis que valorizam o valor das terras, fazendo que os moradores vendam suas terras e se transfiram para periferias ou outras cidades. Quando ficam, os residentes viram coadjuvantes e serviços de turistas, fazendo que sintam o sentimento de perda e se questionem sobre seus hábitos e cultura. Perdem sua originalidade, por acharem que o modo de ser do turista que é o moderno e melhor e passam a copiar os seus padrões de consumo. Muitas vezes o turista também é influenciado pelos valores locais, pelas territorialidades dos residentes, mas o oposto é mais usual.

Na atual estrutura, os residentes não têm força alguma para prevalecer suas necessidades frente aos que concentram o poder. Os conflitos entre turistas e nativos geralmente se dá com o choque de culturas, desse modo é primordial que as territorialidades cotidianas devem ser

respeitadas e enriquecidas através do convívio com turistas, para o bem estar dos locais e novas experiências dos turistas.

3. Turismo e diversidade de caminhos para a sua produção.

Duas características intrínsecas do turismo o diferenciam de outras atividades econômicas ou produtivas. Uma delas é o fato de o turismo ser uma prática social, a outra, o fato do espaço ser seu principal objeto de consumo. Como prática social, a atividade do turismo tem o turista como o protagonista, e isso implica reconhecer que mesmo diante da hegemonia de agentes de mercado e do Estado, o mundo do turismo não se restringe às ações hegemônicas de atores hegemônicos, mas que depende muito do receptivo dos espaços. Porém, vivemos em um modo de produção capitalista, concentrador de riqueza e geralmente geradora de exclusão social. O que deveria ser melhor analisado, são as reais possibilidades do turismo contribuir para reverter os quadros de injustiças sociais. Se a matéria prima do turismo é o espaço, a atratividade turística dos lugares é uma construção cultural e histórica, assim, tais ponderações são importantes e úteis para se compreender o papel do turismo na distribuição de riquezas. Se o turismo pode acontecer em todas as dimensões do planeta, ele deveria distribuir espacialmente as riquezas, porém distribuição espacial da riqueza não é o mesmo que distribuição estrutural da riqueza, por isso muitos lugares pobres e com atividades turísticas, viram suas economias dinamizadas e assistiram a profundas transformações em seus territórios sem que sua população tivesse tido melhores condições de vida e de renda.

Obviamente, o aumento do fluxo turístico em uma localidade, multiplica as infraestruturas locais e faz o dinheiro circular, no entanto, desenvolvimento econômico não é desenvolvimento social ou sustentável. Para que se possa compreender que o desenvolvimento deve ser sustentado nas bases da justiça social, o turismo pode ser um instrumento a favor do alcance dessa proposta, desde que bem planejado por seus atores.

A análise das políticas públicas federais de turismo no Brasil, mostra uma total ignorância daqueles que as elaboraram, relativo ao significado do espaço para a vida, e conseqüentemente, para o turismo. Reduzido a “atrativos naturais e culturais”, o espaço foi e continua sendo compreendido pelas administrações públicas, como um simples receptáculo de suas ações, às quais devem somar-se as ações dos agentes de mercado, mas o espaço não é um palco de ações deliberadas de atores hegemônicos. A relação entre sociedade e espaço é também dialética.

De acordo com Carlos, “*O espaço é condição, meio e produto da realização da sociedade em toda sua multiplicidade*” (CARLOS, 2001:11) O que muda, de um período a outro, é o fato das ações públicas voltadas ao setor de turismo assumem uma maior racionalidade, que é traduzido na elaboração de diversos planos e programas voltados ao ordenamento do território brasileiro, para um uso turístico massivo e internacionalizado. Cada vez mais a lógica vigente é a lógica do espaço – mercadoria.

É possível constatar logísticas sob o comando de corporações e bancos internacionais, que se sobrepõe à autonomia dos governos estaduais e municipais, redirecionando suas ações para atender interesses globais, embora com especificidades regionais. A riqueza do turismo está na diversidade de caminhos para a sua produção, nos conflitos e possibilidades de entendimento. Ele é a um só tempo, o lugar das estratégias para o capital e das resistências do cotidiano para os habitantes.

O turismo é uma das mais novas modalidades do processo de acumulação, que vem produzindo novas configurações geográficas e materializando o espaço de forma contraditória, pela ação do Estado, das empresas, dos residentes e dos turistas. Compreender essa dinâmica significa entender as relações produtivas do espaço e o exercício de poder do Estado, das classes empresariais e trabalhadoras em movimento e conflito. O turismo para se reproduzir, segue a lógica do capital, quando poucos se apropriam dos espaços e dos recursos neles contidos, apresentando-os como atrativos transformados em mercadorias. Nessa análise, o espaço é um processo histórico e dialético resultante das relações sociais de produção, então o espaço geográfico não é suporte nem reflexo da ação da sociedade, mas um produto social.

Os serviços turísticos constituem uma forma de capital produtivo, e grande parte do capital investido no turismo provém de governos periféricos na forma de infraestrutura, benefícios fiscais e por investidores privados que são donos de empresas. Aparentemente os países periféricos não têm maiores opções, aprisionados pela miséria de suas populações e em risco de instabilidade política permanente.

As estratégias de desenvolvimento, definidas como um conjunto de políticas econômicas adotadas pelas elites estatais, explicam uma variedade de resultados de desenvolvimento em países de terceiro mundo; incluindo padrões de saúde e pobreza, perfil de produção e desempenho do comércio. Segundo essas perspectivas, o Estado adota um poder dominante, explicando tanto os problemas como as soluções que se dão aos assuntos relativos ao desenvolvimento dos países do terceiro mundo.

Que proveito real sob o ponto de vista econômico, usufrui os países do terceiro mundo? Coriolano diz que o processo globalizante é acompanhado pelo movimento de valorização do local e do regional, que as práticas turísticas contribuem para a construção de novas subjetividades, novas leituras sobre ecossistemas, sobre as diferenças (culturais, estéticas, patrimoniais, étnicas e raciais) como diferenças, num avanço no processo de reconhecimento de alteridades, de tolerância, de pluralidade de convivências. (CORIOLANO, 2006).

A partir da construção desse pensamento, verifica-se que o turismo contribui para o movimento de rupturas de pequenos e de grandes intolerâncias, fundamentalismos e radicalismos. Diante dessa importância como fenômeno social, é imprescindível o enfoque da intervenção do poder público na atividade turística.

4. Paralelos de casos exitosos e desastrosos do turismo em territórios étnicos

A vasta diversidade sociocultural brasileira é acompanhada de diferentes formas de organização do uso do solo, principalmente pelas populações tradicionais. As comunidades indígenas, as remanescentes de quilombos, de imigrantes ou faxinais, formam os núcleos com maior visibilidade. As relações territoriais étnicas são expressões marcantes e complexas ligadas diretamente as territorialidades. Território deriva da conotação “terra”, enquanto substrato físico e material. No caso dos indígenas, a desterritorialização não está totalmente relacionada à exclusão do acesso à terra, enquanto meio de produção e subsistência, mas principalmente no patamar simbólico-cultural. Mesmo possuindo o domínio sobre determinado território, podem faltar à sociedade indígena às referências territoriais de suas culturas, que constituem o próprio “imaginário geográfico”, a des-territorialização, antes de significar desmaterialização, dissolução das distâncias, deslocalização de firmas ou debilitação dos controles fronteiriços, é um processo de exclusão sócio espacial. Portanto, território para o indígena é um espaço de reprodução física, carregado de referências simbólicas para a sua afirmação étnica, e para se estabelecerem as diferenças multiculturais.

Mencionarei três casos distintos para exemplificar as afirmações descritas.

Caso Aldeia Xavante de Etenhiritipá no MT

A comunidade indígena da etnia Xavante no Mato Grosso abriu sua aldeia ao turismo, e a iniciativa foi do próprio cacique da aldeia Etenhiritipá, em parceria com a agência Ambiental Turismo de SP. As visitas acontecem em datas determinadas pelos cerca de 600 moradores da

aldeia, que fica próxima à Serra do Roncador e do rio das Mortes, região mato-grossense de Canarana. É um caso de protagonismo, pois o cacique é firme, quando diz que “*Tudo que você já aprendeu sobre os xavantes, na mídia ou nos livros didáticos, está errado!*” É com essa frase que os turistas são recebidos pelo cacique Jurandir Siridiwê, idealizador do projeto, batizado de Wazu’ri’wá –que significa “o desbravador” na língua xavante. De acordo com Siridiwê, o objetivo do programa é trazer protagonismo ao povo xavante na contação de sua própria história; valorização de sua cultura, tanto para os warazu (o não índio – o estrangeiro) quanto para as novas gerações que precisam preservá-la e proteger as suas terras. Por fim, a visitação é uma fonte de renda para o povo xavante. Os valores e princípios, os costumes seguem sendo muito preservados. A transmissão da cultura se dá através das histórias contadas e dos rituais passados de geração a geração. Por se tratar de um turismo de base comunitária, uma das suas funções é ser fonte de renda para os xavantes. Portanto, o dinheiro é transferido para a comunidade e ao final, o comprovante do depósito na conta da aldeia é enviado para todos que viajam nessa experiência.¹

Aldeia Wazare – Serra dos Parecis em Tangará da Serra – MT

O povo Paresi, no Mato Grosso, tem se conectado intrinsecamente a essa inclinação, visando à diversificação de suas atividades econômicas. O Cacique Rony, da aldeia Wazare, é o maior articulador e entusiasta da elaboração de uma proposta de atividade sustentável na região. Ele pós graduou-se em Linguística e fala com propriedade sobre o tema. Uma das grandes preocupações do Cacique Rony é a de que a atividade seja sustentável, não apenas como um conceito vazio e publicitário, mas que de fato atenda a aspectos econômicos, sem abrir mão dos desenvolvimentos social e ambiental. “*Turismo não é só tirar foto, dançar e se pintar, mas sim responsabilidade. Tem que ter um objetivo. Pensar que mensagem e que resultado você busca através do turismo. Não só financeiro, mas cultural, social e ambiental, que torne possível uma conceituação de direcionamento com relação aos povos indígenas, sua cultura e todas as relações que nos cercam*”, elucidou. Com essas premissas, a iniciativa tem colhido frutos consideráveis. Apenas em 2018, 180 pessoas provenientes de oito países visitaram as aldeias que compõem o roteiro turístico, num período de sete meses, visto que a temporada dura de maio a novembro. A ação, no entanto, não é fruto do acaso e não possuía boa parte das bases atuais para sua execução, porque nem sempre há consenso. Então se decidiu unir pessoas da comunidade que tinham interesse em trabalhar o turismo, no intuito de formar

¹ Informações passadas por Glen Gamper da Ambiental Turismo, em Dezembro de 2019

uma aldeia com esse foco. Foram cinco anos entre a abertura, a organização logística da aldeia e conscientização da população, para o fato de que receberiam turistas das mais diversas origens. Além da Wazare, as aldeias Formoso, Quatro Cachoeiras, Salto da Mulher, Utiariti, Sacre II, Ponte de Pedra possuem hoje atividades abertas aos turistas.

O caso da RID – Reserva Indígena de Dourados no MS

A RID é um caso complexo, e aqui serve de exemplo, de que não apenas enaltecer as questões identitárias é o chamariz para o turismo étnico.

O local é degradado pela formação geográfica imposta, a história, os impactos naturais e as questões político administrativas... Vários fatores levaram ao fracasso de uma proposta de turismo na área, entre elas a principal que foi a falta de políticas públicas de Turismo com relação à questão indígena na Reserva; verificação do conhecimento indígena e os instrumentos para ações turísticas sobre o espaço geográfico; avaliação da comunidade local sobre os problemas sociais, culturais e ambientais da RID, falta de produção de objetos de ornamentação, artesanato, indumentárias, dança, cura e reza para a venda aos turistas e visitantes; nunca se fez uma análise dos efeitos econômicos na RID em função da presença do turista na Reserva, e dos possíveis benefícios, tanto para a comunidade indígena quanto para a não-indígena, enfim, estudo total por parte dos agentes do estado.

A região de Dourados já era habitada por indígenas da etnia Guarani e Kaiowá, que se instalaram após a participação da Guerra do Paraguai. Ocorreu, porém, que neste mesmo ano foi criada a Cia Mate Laranjeira, que conseguiu arrendamento de terras da região ocupadas pelos indígenas, e iniciou-se o monopólio da extração da erva mate. A criação do Serviço de Proteção aos Índios (hoje FUNAI) em 1910, contribuiu para a localização dos povos indígenas, para que os seus territórios fossem explorados e transformar os indígenas em trabalhadores nacionais para torna-los “civilizados”. Assim, em 1917, o governador do MS criou a Reserva Indígena de Dourados, e com a criação da reserva, foi negado o direito de posse de terras ocupadas tradicionalmente por indígenas Kaiowá e Guarani. O objetivo do estado era confinar indígenas em local determinado, facilitando a exploração dos ervais nativos e de mão de obra indígena, além de redistribuição das terras restantes.

A área era para abrigar apenas os indígenas Kaiowá que residiam nesse território, mas o SPI autorizou a entrada de outras famílias Guarani e em seguida, os indígenas Terena. A partir da criação da Reserva, os indígenas passaram a viver confinados num local que não apresentava condições para viverem livres em seus territórios tradicionais.

Para entender as relações socioculturais entre os povos indígenas habitantes na RID, é necessário compreender que cada etnia está dividida em três setores distintos: a Oeste ocupado pelos Kaiowá, o Centro pelos Nãndevá e a Leste os Terena. Além disso, são encontrados mestiços em ambas as aldeias. Atualmente, a Reserva Indígena é formada pelas aldeias Bororó e Jaguapiru, com 15.912 habitantes de etnias Guarani, Guarani Kaiowá, Guarani Nãndeva e Terena, além de mestiços, paraguaios e não índios casados com indígenas. Há ainda pelo menos 1.200 indígenas em acampamentos e em outras aldeias em Dourados. Na reserva, os milhares de indígenas se aglomeram em uma área cortada pela rodovia MS-156.

Hoje entende-se que essa questão indígena está relacionada sobre as diferenças das várias distribuições territoriais, onde foram e são feitas de fora para dentro, ou seja, desprovidas de verdadeiro sentido para o indígena, que não reconhece esta distribuição de terras e limites, muitos menos as fronteiras dos territórios impostas pelos não-indígenas.

Nota-se que cada nação indígena habitante na RID como os Guarani, Terena e Kaiowá, possuem territorialidades próprias e determinantes, no entanto, as fixações dos indígenas não foram feitas conforme os valores culturais, impossibilitando-os de desenvolverem na íntegra suas referências sociais, políticas e culturais, pois não se considerou e não se considera, o seu direito a alteridade, a cultura, às crenças, a religiosidade e muito menos seu modo de vida. (JESUS, 2066:8).

Há centenas de casos exitosos e fracassados que poderiam complementar esse artigo, mas mencionei apenas três, para exemplificar como são semelhantes os processos de institucionalização de um turismo bem ou mal planejados. Eles demonstram como se refletem e como são importantes os estudos e análises dos territórios e identidades, antes do processo de turistificação local. O turismo é um setor da economia com muitas especificidades. Não adianta somente querer vender a tradição e cultura de cada povo, as peculiaridades de uma sociedade. Para se tornar atrativa, é necessário muito planejamento e políticas públicas com equipes especializadas e multidisciplinares.

5. Eixos Temáticos

O texto sistematizado sob **eixos temáticos**, facilita a leitura para se tentar conciliar os levantamentos propostos pelo GT. Verificou-se que os eixos temáticos em conjunto, contemplam a economia do turismo global e local, se entendendo a visão econômica-política do turismo no Brasil.

- A. **Políticas Públicas e Planejamento do Turismo:** Se de um lado o turismo gera riqueza, renda, postos de trabalho, etc. De outro, desencadeia processos inflacionários em escala local e problemas sociais (tráfico, prostituição, desemprego, etc.). Tais pressupostos levam a reflexão acerca da busca pelo desenvolvimento do turismo, do planejamento territorial do turismo e das responsabilidades do Estado; por esse motivo, um dos enfoques desse artigo em conjunto com a ideia do GT é a análise das políticas públicas do turismo, especificamente, as aplicadas em nível local nas cidades exemplificadas. Dada a natureza das relações do turismo (uma atividade geradora de riqueza e os sujeitos sociais responsáveis por sua promoção e organização), se reconhece que as convergências (temporais, espaciais de interesse..) se somam às contradições que são do próprio processo de produção do espaço. É sobre esse processo em curso, centrado na análise de políticas públicas federais de turismo deflagradas a partir dos anos 90 e seus rebatimentos espaciais, que se deve basear para criar os paralelos e a fundamentação dos estudos nesse campo político.
- B. **Lutas Sociais no Turismo:** Na América Latina, o turismo constitui uma mistura de aventura natural com cultural. Apesar das culturas vivas atuais serem indígenas, campesinas, negras entre outros... elas não se encontram suficientemente integradas às rotas turísticas. Isso se deve em parte a uma carência de cidadania dos grupos sociais localizados em sítios turísticos, mas também, que a análise da qualidade do turismo se limita aos recursos naturais e a existência de patrimônios culturais históricos. Muitas das comunidades que vivem nesses sítios turísticos passam por problemas econômicos, sociais e políticos. Nesse sentido, se verifica que essas comunidades frequentemente sofrem com carência de cidadania social, pois não se encontram integradas sequer no desenvolvimento turístico e de cidadania civil, no direito à terra, ao mercado, etc. As lutas que antes apareciam apenas das classes sociais hoje se ampliam e chegam aos lugares. Não apenas as classes lutam por seus interesses antagônicos, mas os espaços e os lugares se tornam competitivos e ameaçadores.
- C. **Novas configurações geográficas do turismo:** O turismo é na atualidade um dos eixos desencadeadores dessa espacialização, age na des-territorialização e na re-territorialização produzindo novas configurações geográficas. O principal eixo de investigação que casa com o GT é a redefinição dos territórios do turismo, mas principalmente, as relações de poder e desenvolvimento locais. A produção de espaço é

determinada por relações socioespaciais e de poder. A população, mantendo relações de poder, deve valer seus direitos para se impor diante dos conflitos e das contradições geradas pelo capitalismo em suas novas formas de modernismo, entre eles, **o lazer e turismo**. É preciso superar os problemas das territorialidades turísticas antes de resolver as questões da gestão administrativa, de planejamento ou políticas do turismo.

- D. **Sustentabilidade do turismo e Turismo Comunitário**: Um turismo bem planejado é aquele que oferece maiores benefícios às comunidades locais atenuando a contradição entre cidadania e territorialidade. A harmonização do desenvolvimento social, cultural e econômico, é pertinente não apenas do ponto de vista social, mas também pela sustentabilidade ambiental. O turismo comunitário, solidário, é uma estratégia de sobrevivência, uma forma de turismo que pensa o lugar, a conservação ambiental e resignifica a cultura. Abordei apenas alguns modelos de turismo sustentável e comunitário, suas definições e fundamentações dentro da Economia Solidária. Não há como afastar a análise do turismo da valorização do espaço, do mundo da produção, das contradições dos modelos produtivos vigentes, mas se podem obter resultados menos desiguais, e isso será apresentado.

Com o turismo as rendas são concentradas ou distribuídas, requer controle governamental e participação da sociedade, é nesse lado positivo que projetos devem ser direcionados (como o exemplo do turismo comunitário, solidário e sustentável). É um outro turismo, diferente na forma convencional de exploração, mais flexível e adaptado aos interesses das comunidades locais com qualidade.

6. Considerações não conclusivas

O objetivo com esse texto é mostrar, que baseado em teorias e estudos de caso análogos ao tema, o turismo implica diretamente do redesenho de territórios e de territorialidades de localidades.

Criam-se relações de poder na apropriação do território para o uso turístico, e se verifica posteriormente como ocorrem as novas configurações geográficas, definidas pelas estratégias políticas dos governos, e operacionalizadas pelas políticas públicas para implantação das infraestruturas. A ideia é instigar pesquisadores a analisarem de forma multidisciplinar situações no Brasil, em que através do turismo, se desconstroem territórios e se reterritorializam outros pelo uso do espaço. Para isso deixo perguntas sem respostas.

Que elas sirvam de guia para assuntos que se transformarão em problemas de pesquisa e ajudem a formar a rede necessária para organizarmos um turismo cada vez melhor, bem planejado e inclusivo.

- **Como ocorre** e de **qual forma** há o desenvolvimento com base local, para a melhoria da qualidade de vida da população, dos lugares e regiões onde novos projetos se encontram, ou em áreas que já sofreram degradações devido ao uso indiscriminado, que necessitam de estratégias urgentes para mitigação dos impactos?
- **Quais** as relações de poder na produção do espaço turístico, a compreensão do espaço como algo socialmente produzido, que expressa as contradições do modo de produção capitalista e **quais** as contradições do espaço-mercadoria?
- O território é um conceito político-geográfico, cultural, econômico e **quais outras** definições?
- Se o território é material e imaterial, **existem territorialidades autônomas** se os territórios têm a ver com o exercício de poder, principalmente na era da globalização?
- **Quais** são as relações de espaço x tempo x território dentro do contexto do turismo?
- **Por que** o turismo aplicado a algumas localidades com os mesmos planejamentos muitas vezes dão errado em uma localidade e certo em outras, dentro dos estudos territoriais das políticas e do planejamento? Casos complexos de degradação local, territorial e social, que provocaram impactos na natureza e cultura locais, e que será o artifício para se criar paralelos com as questões e objetivo principal de futuros projetos.

Bibliografia

- BOISIER, Sergio – **Sociedad del conocimiento, conocimiento social y gestión territorial**. In: 'Revista Interacciones'. Campo Grande Vol 2, nr 3, 2001.
- BOURDIEU, P – **O poder Simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand, 2007
- CANDIOTTO et SANTOS – Experiências geográficas em torno de uma abordagem territorial. *In: Territórios e Territorialidades*. São Paulo, Expressão Popular, 2009
- CARLOS, Ana Fani – **Espaço-tempo na metrópole**. São Paulo, Contexto, 2001.
- CHESNAIS, François – **A mundialização do capital**. São Paulo, Xamã, 2006.
- CORIOLOANO, L. – Turismo: Prática social de apropriação e de dominação de territórios. *In: América Latina: Cidade, Campo e Turismo*. Lemos, Arroyo et Silveira (Orgs). Buenos Aires, Clacso, 2006.
- CRUZ, Rita de Cassia A. - Planejamento governamental do turismo: Convergências e contradições na produção do espaço. *In: América Latina: Cidade, Campo e Turismo*. Lemos, Arroyo et Silveira (Orgs). Buenos Aires, Clacso, 2006.
- FIGUEIREDO SANTOS, J.M. – **Turismo – Mosaico de sonhos. Incursões sociológicas pela cultura turística**. Lisboa, Colibri, 2002.
- FONTELLES, Jose Osmar – **Turismo e impactos socioambientais**. São Paulo, Aleph, 2005.
- JESUS, Djanires - **A transformação da reserva indígena de Dourados/MS em território turístico: valorização sócio-econômica e cultural**. Dourados, CEUD-UFMS. Dissertação de Mestrado Pós-Graduação em Geografia, UFMS, 2004.
- HAESBAERT, Rogério – **O mito da desterritorialização. Do fim dos territórios a multiterritorialidade**. Rio de Janeiro, Bertrand, 2004.
- PEARCE et MOSCARDO – Análise do turismo comunitário: Fazendo as perguntas certas. *In: Desenvolvimento do turismo. Temas contemporâneos*. Pearce, D e Butler, R (Orgs). São Paulo, Contexto, 2002.
- RAFFESTIN, Claude – **Por uma geografia do poder**. São Paulo, Ática, 1993.

SAQUET, Marco Aurelio – Por uma abordagem territorial *in*: **Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos**. Saquet et Sposito (orgs). São Paulo, Expressão Popular, 2009.

RODRIGUES, Adir Balastreri. – Turismo e Territorialidades Plurais – Lógicas excludentes ou solidariedade organizacional. *In*: **América Latina: Cidade, Campo e Turismo**. Lemos, Arroyo et Silveira (Orgs). Buenos Aires, Clacso, 2006.